



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado 2022/2023

Unidade curricular

Direito Fundamentais I/II

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Prof. Doutora Maria Luísa Duarte – 2 horas / semana

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A disciplina Direitos Fundamentais I/II visa, como objectivo principal, despertar nos alunos o gosto e as condições científicas de uma reflexão autónoma, informada e crítica sobre as problemáticas da protecção dos Direitos Fundamentais e da relevância do princípio do Estado de Direito na União Europeia como parâmetro de definição e de garantia efectiva de um regime jurídico de direitos fundamentais

Conteúdos programáticos

Tema: **União Europeia e Direitos Fundamentais em tempos de crise**

Conteúdos programáticos

1. União Europeia - génese
2. A dimensão da integração política: do Tratado de Maastricht ao Tratado de Lisboa
3. O estatuto de cidadão da União: direitos e alicerce da integração política
4. União Europeia como entidade garantidora de Direitos Fundamentais- fontes e meios de tutela
5. Uma década de crises sucessivas com impacto directo no nível de protecção de Direitos Fundamentais: crise do euro, crise dos refugiados, crise pandémica, crise decorrente do conflito no Leste europeu
6. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia em especial
7. Direitos fundamentais e restrições às liberdades em regime de excepção
8. Instrumentos específicos de tutela dos direitos fundamentais na União Europeia
 - 8.1. Instrumentos específicos de tutela jurisdicional
 - 8.2. Instrumentos específicos de tutela não jurisdicional
9. Pressupostos e limites de funcionamento do “triângulo judicial europeu” na protecção dos direitos fundamentais:
 - 9.1. O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e a doutrina *Bosphorus*
 - 9.3. Tribunais constitucionais dos Estados-membros e os termos incertos do diálogo com o Tribunal de Justiça da UE sobre o nível de protecção dos direitos fundamentais
10. União Europeia como “União de Direito” e a crise do projecto europeu de integração – em particular, as violações aos princípios basilares do Estado de Direito
11. Em especial, os direitos de liberdade no quadro de um sistema plural e democrático
12. Em especial, o direito à tutela jurisdicional efectiva
13. A defesa do Estado de Direito na jurisprudência do Tribunal de Justiça
14. Procedimentos não judiciais por violações aos princípios basilares do Estado de Direito- em especial, o mecanismo das sanções políticas (artigo 7. TUE; e o Regulamento da Condicionalidade Financeira)

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Preparar os alunos para o exigente trabalho de investigação e construção dogmática em torno da natureza e evolução do atípico sistema europeu de protecção dos Direitos Fundamentais e de garantia de padrões normativos europeus de fonte jurisprudencial

Metodologias de ensino (avaliação incluída)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

As aulas em regime de seminário seguem um formato dividido em três períodos:

1. Apresentação pela regente dos aspectos Introdutórios do Programa
2. Elaboração pelos alunos de pequenos textos sobre temas, jurisprudência e leituras propostos pela regente
3. Exposição oral pelos alunos sobre um tema previamente definido (duração: 30 m), seguida de debate e apreciação crítica, que servirá de base ao relatório escrito.

A avaliação final de cada aluno considera os elementos relativos à participação nas aulas, apresentação oral e relatório escrito.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia de ensino seguida na FDUL, concretizada nesta unidade curricular pelo regime de seminário, com a participação activa por parte dos Alunos, visa promover e alcançar o desenvolvimento de competências necessárias à elaboração do relatório de mestrado e posterior realização da dissertação de mestrado

Bibliografia principal

AA.V., *Direitos Humanos e Estado de Direito – protecção no quadro internacional e europeu*, Maria Luísa Duarte, Ana Rita Gil, Tiago Fidalgo de Freitas, AAFDL (no prelo)

BOGDANDY, A. von / IOANNIDIS, M., “Systemic Deficiency in the Rule of Law: What It Is, What Has Been Done, What Can Be Done”, *Common Market Law Review*, 51, 2014, pp. 59-96

CRAIG, Paul/BÚRCA, Gráinne (ed.), *The Evolution of EU Law*, 3edition, Oxford University Press, 2021

CLOSA, Carlos / KOCHENOV Dimitry / WEILER J.H.H., *Reinforcing Rule of Law Oversight in the European Union*, European University Institute, 2014 (online)

DUARTE, Maria Luísa – *União Europeia e Direitos Fundamentais – no espaço da internormatividade*, Lisboa, AAFDL, 2013.

DUARTE, Maria Luísa – *Direito da União Europeia. Lições desenvolvidas*, AAFDL Editora, 2021.

DUARTE, Maria Luísa – *Direito do Contencioso da União Europeia*, Lisboa, AAFDL, 2017

DUARTE, Maria Luísa – “Sobre o caso Gauweiler: estará o Tribunal de Justiça pronto a fazer o que for necessário para preservar o primado do Direito da União Europeia?”, *Estudos em Homenagem ao Conselheiro Rui Moura Ramos*, Coimbra, vol. I, 2016, p. 749.

ECEIZABARRENA, J. I. Ugartemendia / ARNAIZ, A. S. (coords.) – *El futuro jurisdiccional de Europa*, Europa Inlinks, n.º 19, 2019.

FABRINI, F. – *Fundamental rights in Europe. Challenges and transformations in comparative perspective*, Oxford Univ. Press, 2014.

FONSECA, Rui G., e outro – “A doutrina Bosphorus e a tendência para a ampliação da jurisdição do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem – algumas notas”, in *Estudos em homenagem ao Conselheiro Slousa Ribeiro*, II, Almedina, 2019, p. 573-594.

GIL, Ana Rita – *Imigração e Direitos Humanos*, Petrony, 2021

GIL, Ana Rita – “Derogation Clauses of International Human Rights Instruments: protecting rights at the maximum possible extent in times of crisis”, *Católica Law Review*, vol. v, n.º1, jan. 2021, 11-42

HEUSEL, Wolfgang / RAGEADE, Jean-Philippe (Eds.), *The authority of EU law: do we still believe in it?*, Springer, 2019

HORSLEY, Thomas - *The Court of Justice of the European Union as an institutional actor: judicial lawmaking and its limits*, Cambridge Univ. Press, 2018.

PAIS, Sofia de Oliveira – *EU Citizenship – Challenges and opportunities*, Porto, UCP, 2015.

RENUCCI, J. F. – *Droit européen des droits de l’homme*, 7.ª ed., Paris, LGCJ, 2017.

SCHUTTER, Olivier de – *International Human Rights Law*, 2.ª ed., Cambridge Univ. Press, 2014.